

## **PORTARIA nº 15, de 28/09/2015**

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2014 a agosto de 2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, RESOLVE, *ad referendum* da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2014 a agosto de 2015, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em 28 de setembro de 2015.

EDUARDO CUNHA  
Presidente

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Setembro/2014 a Agosto/2015)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>4.048.072.506,84</b>	<b>42.550.000,00</b>
Pessoal Ativo	2.651.663.609,74	33.050.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.396.408.897,10	9.500.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>569.149.894,55</b>	<b>39.500.000,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	42.412.619,19	6.500.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	13.470.700,78	33.000.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	513.266.574,58	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>3.478.922.612,29</b>	<b>3.050.000,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>656.857.643.000,00</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)</b>	<b>3.481.972.612,29</b>	<b>0,530095</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)</b>	<b>7.947.977.480,30</b>	<b>1,210000</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%)</b>	<b>7.550.578.606,29</b>	<b>1,149500</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (1,089000%)</b>	<b>7.153.179.732,27</b>	<b>1,089000</b>

FONTE: SIAFI, MF/STN, 9/set/2015, 18 hs.

Nota nº 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RÔMULO DE SOUSA MESQUITA**  
Diretor-Geral

**RICARDO SOARES DE ALMEIDA**  
Secretário de Controle Interno

**EVANDRO LOPES COSTA**  
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade